



13-01-2015

Reflexões sobre a Economia
não Oficial Urbana em
Luanda (1960-1996)
(S I N T E S E)



MANUELA VENÂNCIO

INTRODUÇÃO

As economias das sociedades africanas têm revelado características peculiares, distintas das lógicas do Mundo Ocidental. A constatação de uma certa erupção de actividades económicas designadas genericamente por “informais” é típica desses países. Uma vez como alternativa e estratégia de sobrevivência, outras vezes como via prática e rápida de obtenção de receitas dissimuladas.

Luanda, tal como outras capitais africanas não fugiu à regra. Ela tem sido o retrato vivo da dinâmica diária gerada pelos efeitos de uma situação de crise económica persistente. Nela abundam toda a sorte de práticas não oficiais bastante complexas, imbricadas umas nas outras e confundidas com o desempenho de actividades do sector oficial.

Pode-se diferenciar a Economia oficial da Economia não oficial segundo o duplo critério da legalidade e da regularidade”⁽¹⁹⁷⁾. Consideram-se “actividades económicas não oficiais”, todas aquelas que se exercem à margem e ou em transgressão das regulamentações económicas determinadas e decretadas formalmente, assumindo características próprias alheias aos critérios e padrões da formalidade. Não sendo por isso necessariamente ilegais, podendo ser ilegais, alegais (dependendo da maior ou menor forma como são toleradas pelos poderes públicos) e irregulares ou disfuncionais.

Apreende-se a noção “actividade” como a faculdade de exercer uma acção concertada, constituindo uma parte integrante de um processo de trabalho, no qual intervêm; o objecto sobre o qual o trabalho é exercido e os meios com os quais se exerce. O trabalho será assim “um dispêndio de energia humana correspondente ao fornecimento de serviços ou à transformação da matéria”⁽¹⁹⁸⁾.

Situando-nos na noção mais elementar de Economia, como “estudo da forma como as sociedades utilizam os recursos escassos para produzir bens com valor e como os distribuem entre os seus diferentes membros”⁽¹⁹⁹⁾, resultará para o conceito *actividades económicas*, adoptado nesta abordagem, a tradução do dinamismo económico dos indivíduos, expresso na capacidade de transformação da matéria ou do fornecimento de serviços num contexto socioeconómico dado; no caso vertente, Angola-Luanda.

As noções “formal” e “oficial” parecendo equivalentes, representam aqui o que é conforme o proposto pela autoridade ou dela emanada. Assim, serão utilizadas ao longo

desta abordagem como sinónimos. Significa portanto, que quando nos referimos às economias não oficiais estamos a referir-nos às economias não formais.

O conceito “sector”, várias vezes utilizado, permite ligar processos de trabalho cujo interior se exercem actividades económicas que retratam o comportamento de um dado grupo de actores.

Na óptica de Hugon, à noção sector está imanente uma certa racionalidade capitalista e sugere que não existindo leis específicas de funcionamento das pequenas actividades económicas dentro de um sistema global, o melhor seria utilizar o termo “forma de produção”⁽²⁰⁰⁾.

Por questões metodológicas e perante a necessidade de esquematizar e reagrupar as várias formas de actividades não formais que comporta a realidade Luandense, sempre que conveniente se utilizará a noção “sector”, equivalendo contudo, nos casos como este, a “forma de produção”.

O conceito “emprego” do qual entendemos que esteja subjacente a contrapartida monetária pelo esforço produtivo aparecerá algumas vezes com duplo critério, pela dificuldade da sua aplicação às formas de produção não oficiais ou irregulares. Contudo e sempre que se esteja perante a disponibilidade de um meio de trabalho, ainda que mínimo, que permita o exercício de uma actividade produtiva no qual o trabalhador detém o controlo sobre esse processo de trabalho equivalerá à noção de “emprego”.

Finalmente concebemos a noção “informal” no sentido literal do termo, ou seja, que não é formal, que não é conforme às formalidades, às normas. Não obstante autores como Hugon pretenderem interpretar o conceito informal, remetendo-o à teoria da forma, segundo a qual as propriedades de um fenómeno não resultam da simples adição dos seus elementos mas da sua disposição.

No dizer de Hugon, falar de informal significaria falar de uma realidade informe, seria “admitir uma multiplicidade caótica e supor a possibilidade de uma matéria sem forma e tender por negar toda a possibilidade de apreensão científica”⁽²⁰¹⁾.

Contudo, por questões metodológicas, concepção e apreensão do termo e por generalização do conceito a nível bibliográfico, sendo-lhe atribuídas diversas definições, adoptamo-lo no sentido literal, pois afinal o sector informal, também no dizer de Hugon é equivalente ao conjunto de “pequenas actividades, muito diversificadas, em transformação permanente, não apreensíveis estatisticamente e funcionando aquém das regras legais institucionais ou normais mas contudo respondente às regras sociais que lhe compete descobrir”⁽²⁰²⁾.

Perante a situação de crise generalizada que se instaurou em Angola é quase intangível a linha de demarcação entre o formal e o não formal sendo que, no processo estão envolvidas pessoas de todos os níveis e escalões sociais e estão abrangidos todos os sectores da vida social. A tal ponto que, quase se possa afirmar não existir alguém que nunca se tenha envolvido e confrontado com uma situação de relacionamento não formal. Quer o tenha exercido como actor directo, indirecto, intermediário, beneficiário, comprador, vendedor, quer o tenha feito frequentemente, ocasionalmente, ou como actividade principal, secundária ou acessória.

Quer-nos parecer que na génese do exercício das actividades e relações económicas em Luanda está geralmente presente o recurso a práticas não formais, sendo estas que viabilizam e garantem uma boa parte das vezes a continuidade das actividades e dos processos e o cumprimento do seu objecto.

Orientam esta abordagem quatro grandes pilares de sustentação:

1. Averiguar se a compreensão teórica explica o fenómeno angolano-luandense.
2. Averiguar até que ponto a crise económica, os subsequentes programas e medidas, bem como as tendências de evolução pós independência, conduziram ao desabrochar eruptivo do fenómeno informal.
3. Avaliar até que ponto as práticas informais contêm o gérmen de surgimento da classe empresarial nacional.
4. E finalmente descortinar as origens mais profundas da informalidade luandense (internas e externas) e se esta realidade é em si mesma uma forma evolutiva, progressiva que garanta o salto ao que se pretende como “desenvolvimento”.

Estes quatro pilares, servindo como hipóteses de partida, pressupõem, por outro lado, a tentativa de resposta a questões como:

- Se existiu um contexto histórico-económico nacional e internacional impulsionador da proliferação destas práticas não formais.
- Se o fenómeno em crescimento (actividades não formais) será causa ou efeito da situação de crise que se vive na África Sub Sahariana e em Angola em particular.
- Se não estará, o fenómeno, a contribuir para o adiamento de um colapso socioeconómico total, nestes países.
- Não será em si a expressão máxima da explosão das leis de mercado, durante longo tempo recalçadas, por inerência dos modelos (*estatizantes*) então adoptados pela maioria dos Governos africanos a Sul do Shara.

- Qual será a natureza e as tendências das actividades não formais em Luanda. Será o fenómeno capaz de engendrar a criação do empresariado nacional ou será antes um veículo para criação de cada vez mais “máfias e desenvolvimento de relações privilegiadas entre classe estado e agentes do sector não formal através da prestação de favores recíprocos”²⁰³.
- Será que, por fim, a situação tipicamente luandense encontra sustentação teórica nas abordagens actuais sobre actividades não formais e pode sustentar algumas teorizações sobre o conceito desenvolvimento.

Propõe-se contribuir com um trabalho, no qual se reúna um conjunto de informações válidas, capazes de explicitar e compreender o que se passa em Luanda, confrontando-o com as argumentações teóricas consultadas e do qual se possam extrair algumas pistas para resposta às questões levantadas.

Convinha por isso um trabalho de compilação, analítico e histórico, no que concerne à metodologia, diagnóstico e de intervenção em termos de alcance de objectivos e qualitativo quanto à sua denotação⁽²⁰⁴⁾. Um trabalho que permitisse com algum à vontade penetrar nos meandros dos caminhos, que por hipótese se sustentam, nos levariam às respostas às questões formuladas.

Os critérios metodológicos assumidos sustentaram-se basicamente nos conselhos práticos propostos por Umberto Eco, em sua obra *Como se faz uma tese em Ciências Humanas* (v. n. 204), dos quais sobressai a prática do sentimento de humildade científica, ou seja compreender que qualquer autor ou actor do fenómeno em estudo nos pode transmitir alguma informação útil.

Porque o tema proposto é de análise relativamente recente, foi-nos mais acessível a posse de fontes bibliográficas secundárias, literatura crítica, traduções e resenhas de outros autores como suporte para elaboração do enquadramento teórico, além de algumas fontes primárias.

Para o estudo de caso e porque o tema sugere uma forte componente de senso comum apoiamo-nos em inquéritos efectuados por certas instituições angolanas em colaboração com organizações internacionais, estatísticas publicadas pelo Instituto Nacional de Estatística de Angola, relatórios e estudos oficiais, livros de certos autores angolanos, análises e contribuições em textos não publicados de alguns analistas angolanos e observadores privilegiados, que como nós têm observado o fenómeno e registado alguns dados e características pesquisadas, entrevistas a organizações não-governamentais de desenvolvimento, cuja vocação e papel na promoção e apoio de iniciativas não formais é

notória, entrevistas e troca de impressões com outros angolanos que se têm destacado no seu papel de entrevistadores no seio da sociedade civil e por fim o recurso ao que nos tem ficado registado como observadores participantes e protagonistas do cenário socioeconómico angolano -luandense.

O trabalho contempla quatro partes:

Uma primeira parte, onde são explicitadas as abordagens teóricas aos conceitos ligados aos vários tipos de práticas não oficiais.

Constituiu nossa preocupação arrumar os conceitos no âmbito dos três sistemas económicos então existentes e assim denominados (não sendo propósito desta abordagem, senão ao de leve, como se verá adiante, a discussão da denominação dada a estes conceitos); capitalista, de então desenvolvimento central e mundo subdesenvolvido, no qual a África e como tal Angola estaria inserida.

Desta forma julgamos ter conseguido engendrar uma certa comodidade para análise das várias manifestações das práticas não oficiais, por si só bastante complexas e coexistentes nas formas de produção de cada um dos sistemas citados, principalmente no caso dos países subdesenvolvidos onde se confundem várias formas de produção.

O fenómeno da hiperurbanização, normalmente associado ao fenómeno da informalidade é outra das análises contida nesta primeira parte que por diagnosticar a realidade angolana não pode aqui ser descorado.

Na segunda parte detemo-nos na realidade africana a sul do Shara. E consideramos fundamental a análise do contexto socioeconómico internacional que influenciaria as tendências evolutivas dos países africanos recém - independentes na época (anos 60).

Ainda nesta segunda parte tentamos situar-nos em relação ao conceito “desenvolvimento” já que constituiu nossa curiosidade avaliar se o sistema informal seria uma forma de desenvolvimento, pelo que tentamos analisar com algum pormenor o peso do sector informal nos países da África a Sul do Shara (ASS).

Numa terceira parte penetramos na análise do nosso objecto de estudo; Angola, utilizando como realidade observável a capital, Luanda, pretendendo analisar que factores internos marcaram e pesaram na erupção das práticas não formais, explicitando as suas formas de manifestação.

Finalizamos esta abordagem com uma parte conclusiva, na qual descrevemos o resultado e as respostas que obtivemos deste pequeno exercício de investigação.

CAPÍTULO I

Tipologia das Actividades não Formais. Enquadramento Teórico

Síntese

Parece dispensável estabelecer um debate, confrontando as várias contribuições teóricas explicitadas no tema, pela grande complementaridade existente entre elas.

Conclui-se que o maior ou menor grau de proliferação das iniciativas não oficiais, constituem um estado de alerta à funcionalidade de um sistema dado, ao admitir-se ser, na dicotomia formal - não formal, ser o formal o estado de norma.

Na trilogia das ENO; subterrâneo, paralelo e informal está expresso apenas o grau mais acentuado de existência de cada uma delas na relação com uma economia oficial dada, com as lógicas normas e regras ditadas por esta supremacia oficial.

No mundo capitalista, o subterrâneo ou oculto assume na maioria dos casos características alegais, na busca de estratégias de contorno e diminuição de despesas.

A parte ilegal do subterrâneo é muito preocupante nas economias subdesenvolvidas, nas quais as práticas subterrâneas são complexas e com grandes probabilidades de perigar o desempenho normal da economia. Esta parte ilegal do subterrâneo, nos países sub desenvolvidos, na África em particular, expressa muito mais as vias de acumulação de capital das classes detentoras do poder político.

Nas economias então socialistas, o aparecimento da E.N.O. é a expressão mais alta de inoperância do sistema, assente na planificação centralizada.

O sector informal conotado com o mundo não desenvolvido será então aquela parte de iniciativas não oficiais cuja finalidade será a obtenção de receitas para satisfação de necessidades imediatas, básicas, nada tendo a confundir-se com a parte subterrânea. O informal será bem assim uma resposta alternativa de necessidade de sobrevivência face à situação de crise.

Para efeitos desta abordagem e após serem analisadas as contribuições teóricas de conceptualização do fenómeno E.N.O., assume-se que para o caso africano:

A economia não oficial urbana será constituída por todas aquelas actividades económicas não oficiais exercidas no meio urbano, à margem e ou em transgressão das regulamentações legais estatuídas formalmente, que assumindo características próprias, alheias aos padrões da formalidade podem ou não por um lado constituir factores de desenvolvimento urbano ou por outro lado frear e perigar uma dinâmica sócio económica normal de um dado país (uma melhor compreensão é possível pelo desenvolvimento do capítulo II).

A E.N.O. urbana será assim uma realidade com características contraditórias, como resposta da sociedade a certas necessidades e aspirações sociais, pelo que tendo em conta os conceitos apresentados, considerar-se-á como útil a seguinte distinção para o estudo de caso:

- a) Considerar Economia Paralela todas as actividades Económicas similares àquelas organizadas ou tuteladas pelo Estado a preços fixados, que se desenvolvem num mercado extra-oficial (paralelo) a preços livres.
- b) A Economia Informal será o conjunto de actividades e iniciativas diversas cuja adaptabilidade e flexibilidade é função das oportunidades de negócios em resposta a necessidades de sobrevivência, que podendo ter ou não ter equivalentes no mercado privado formal se distinguem deste pela sua característica não formal.
- c) A Economia subterrânea será todo o tipo de práticas e iniciativas individuais à custa do usufruto de bens, meios e mecanismos estatais em benefício próprio, que por definição nunca podem ser legais, sendo sempre ilegais.

Contudo ainda assim, permanecerá a dificuldade de estabelecimento das fronteiras exactas entre os autores de uma e outra prática em Angola, como veremos no capítulo correspondente.

CAPÍTULO II

Génese e Evolução das Práticas não Oficiais Urbanas na África a Sul do Sahara

Síntese

Creemos terem sido demonstradas, genericamente, as hipóteses enunciadas.

O processo de informalização africana aparece na esteira do posicionamento histórico a que a África se submeteu, produto de um conjunto de factores sócio económicos (históricos e políticos) correlacionados, com efeito em cadeia, nomeadamente; o processo de colonização, o posicionamento na Divisão Internacional do trabalho (DIT), a conjuntura Internacional, os processos de descolonização, e as estratégias e políticas seguidas pelos políticos e governantes.

Analisar o processo de informalização em África é recair necessariamente para a análise das saídas do fosso em que se encontra, tendentes à redução do “GAP” existente entre a África e o restante sistema mundo.

Produto das novas concepções e teorizações em torno do conceito Desenvolvimento, sendo polémico e ambíguo, não se pode imputar a toda essa não formalidade social uma tipicidade alternativa e assim tratar-se de uma outra forma de desenvolvimento; espontâneo. Porque não se pode ignorar estar a África inserida num Sistema Mundo, dinâmico, dialéctico porque em constante mutação e evolução, do qual não se pode apartar, produto da esfera de relações económico-internacionais a que está sujeita e concomitantemente do seu posicionamento no universo dado pela sua posição na D.I.T.

Nesta busca de soluções, provavelmente passarão o reconhecimento do carácter dinâmico das iniciativas puramente informais, como forma de desenvolvimento espontâneo, mas e sobretudo o reconhecimento do malefício das iniciativas subterrâneas ou ocultas à sociedade no seu todo, proporcionando que aquelas concorram para o processo evolutivo e evitando que estas não destruam ou obstruam este processo evolutivo, na busca de redução deste "Gap", condição "sine Qua none" de um posicionamento mais confortável da África na D.I.T. e no Sistema Económico Internacional.

Poder-se-á inferir estarmos a pretender explicar o fenómeno africano com base nas

“teorias de dependência”, enunciadas nos anos sessenta em que se atribuiu o lento crescimento do 3º Mundo à “Ordem Económica Internacional Capitalista” vigente, que fundamentava uma relação dialéctica entre a riqueza do Norte e a Pobreza do Sul; que à riqueza do Norte estava implícita a pobreza do Sul, daí as várias movimentações teóricas internacionais em torno de uma Nova Ordem Económica Internacional.

Actualmente tais teorias têm sido contra argumentadas e desacreditadas perante a realidade que é o desempenho do Sudoeste Asiático. Pergunta-se hoje que se «tal como reivindicava a teoria da dependência, o subdesenvolvimento do terceiro mundo era resultado da participação dos países desenvolvidos na ordem capitalista global, como explicar o fenomenal crescimento económico que se verificou em países como a Coreia do Sul, a Formosa, Hong-Kong, Singapura, Malásia e Tailândia?»⁽¹¹⁵⁾

Estes países, muito cedo se deram conta que um desenvolvimento auto centrado (fechado) e repleto de barreiras proteccionistas ou políticas como a de substituição de importações, não seriam uma saída para a redução do “Gap” entre eles e os países do norte. «Quase todos estes países puseram deliberadamente de lado políticas de auto-suficiência e de substituição de importações, que na altura proliferaram... e em vez disso, empreenderam com enorme determinação o crescimento baseado na exportação... e não era possível argumentar que... tinham vantagens injustas, por possuírem recursos naturais; ao contrário dos países ricos em petróleo do médio oriente... , entraram na corrida apenas com o capital humano das suas populações»⁽¹¹⁶⁾.

Mas então questiona-se; porquê que outras economias, como as da A.S.S., não conseguiram também este crescimento rápido, tomada que está a consciência do fraco alcance das medidas e estratégias macro económicas adoptadas e depois de materializados passos tendentes à inversão da situação, convergentes à economia do mercado?

São os próprios autores, que desacreditam as teorias da dependência e como tal subestimam o peso do contexto internacional da época, que nos dão as respostas, quando afirmam existirem duas razões de base que explicam este fraco desempenho:

a) Razões de “Âmbito Cultural”; «hábitos, costumes, religiões e estrutura social dos povos... constituem de certa forma, um obstáculo à concretização de altos índices de crescimento económico»⁽¹¹⁷⁾ e

b) Razões de “Ordem Política”.

Explica-se que nestas sociedades, «o capitalismo nunca funcionou porque nunca foi tentado com seriedade... são minadas por tradições mercantis e por um tentacular sector

público estabelecido em nome da justiça económica»⁽¹¹⁸⁾.

As explicações vão além das razões políticas, sendo também históricas quando se reportam à herança das práticas coloniais. Afirma-se que Pe.: «enquanto a América do Norte herdou a filosofia, as tradições e a cultura da Inglaterra Liberal ao emergir, ... a América Latina herdou muitas das instituições feudais de Espanha e de Portugal dos séculos XVII e XVIII. (e nós acrescentamos por analogia que também o herdaram outros países colonizados da África, como Angola). Entre estas instituições e políticas estava uma prática conhecida como Mercantilismo»⁽¹¹⁹⁾.

O Mercantilismo era uma prática económica e social exercida pelas coroas dada pelas seguintes características:

- controle pelas coroas de toda a actividade económica.
- medidas de estabelecimento de protecção ao comércio cujo exercício assentava em excessivas regulações e controlos através de licenças e concessões especiais.
- promoção, pela coroa, dos interesses económicos das classes mais altas através de políticas proteccionistas do comércio interno em relação ao comércio internacional, protegidas assim da concorrência internacional.
- uma grande atenção dada ao sector comércio em detrimento dos outros sectores económicos (indústria principalmente).

Citando Llosa, Fukuyama refere que em sociedades como estas (América Latina, A.S.S. e outras do 3º Mundo) «nunca existiu liberalismo, mas sim uma forma de mercantilismo, isto é, “um estado burocrata e exageradamente regulamentador que considera a redistribuição da riqueza nacional mais importante do que a sua produção”, (cuja) redistribuição é feita sob a forma “de concessão de monopólios ou estatutos privilegiados a uma pequena elite que depende do estado e de quem este, por seu turno, é dependente»⁽¹²⁰⁾. Numa relação estreita e íntima onde abundam relações de clientelismo, corrupção e abusos de poder.

É este mesmo mercantilismo, cujo peso burocrático e proteccionista com demasiada presença estatal na vida e regulação económica que freia e limita iniciativas privadas formais, com que se pautaram (como vimos do desdobramento do capítulo) vários países da A.S.S..

Vista a questão por este ângulo, parece imperioso que ao analisar o posicionamento da A.S.S. no Sistema Mundo, não se possa ignorar o peso do factor colonização/descolonização e do contexto internacional no processo de inserção destas economias na Ordem Económica Internacional e como tal na D.I.T., que se constituíram como factores

influentes na modificação das lógicas ancestrais das sociedades colonizadas, interrompendo por isso o seu normal processo social evolutivo.

A persistência por estratégias de conotação mercantil, favorecidas pela presença universal de um sistema económico alternativo, o socialista, criara as bases para o que hoje se vem assistindo na maioria dos países da A.S.S..

O peso do factor cultural, embora aqui não analisado com profundidade é também digno de realce e quiçá poderá ser a chave para a explicação de certos comportamentos não formais (informais e subterrâneos) vivenciados nos países da A.S.S., bloqueando condutas mais compatíveis com a formalização e mais típicas das sociedades liberais.

As lógicas africanas da dádiva ou das complementaridades familiares (entre ajuda), ou o forte poder dos anciãos perante a comunidade e as obrigações (deveres desta perante aquele), ou ainda o poder do chefe supremo (soba, chefe de tribo, rei) perante os seus súbditos e as respectivas obrigações entre este e a comunidade, enfim, intrínsecas no subconsciente das personagens / actores políticos, económicos ou dos simples actores comuns, influencia e interfere nos comportamentos humanos, perante as novas responsabilidades de gestão de um todo sob critérios, normas, regulamentos e lógicas formais, alheias às suas lógicas ancestrais.

Analisar a génese e evolução das práticas não oficiais urbanas na A.S.S. será pois uma tarefa complexa, não se esgotando no exercício deste capítulo. Mas cremos ter contribuído com algumas pistas para a compreensão da sua genealogia.

CAPÍTULO III

Origem e Manifestações da ENO Urbana em Angola - O Caso de Luanda

Síntese

Angola apresenta um caso extremo de informalidade decorrente do facto de em simultâneo:

a) Ter enveredado por estratégias de acumulação desestabilizadoras (acumulação rentier) e elevado o papel do Estado na gestão económica do país, na sequência da opção por um desenvolvimento pró-socialista.

b) Ter-se confrontado com uma situação de guerra civil generalizada que impossibilitou o fluxo normal de pessoas e bens no âmbito das trocas mercantis internas, destruiu infra estruturas, o parque industrial e cidades inteiras, factores que pesaram na instabilidade das populações, causando deslocações sucessivas e desarticuladas e emigrações do quadro técnico e pessoal especializado para o exterior e

c) Como consequência de a) e b) vivenciar uma situação de crise económica, política e social, longa e persistente, transportando diferenciações sociais extremas, insatisfações, frustrações e descontentamento social, dados por um lado por um estado de pobreza generalizada aos níveis de rendimento mais vulneráveis, (a grande maioria) e por outro lado por certas manifestações de opulência de uma certa minoria.

As condições em que Angola assume a independência política, determinaram de facto o rumo socioeconómico vivente e o peso do sector subterrâneo aparece subjacente ao ambiente político-social e económico que este rumo determinou, por uma conjuntura criada na base de uma economia absolutamente repressiva, onde toda a crítica ou concepção tendente a uma economia liberal era imediatamente esmagada e rejeitada, vista como uma conspiração, uma ameaça a uma certa identidade socioideológica que muito cedo se começou a afirmar, principalmente em Luanda.

Não obstante não estejamos munidos de algum estudo sociológico sobre Luanda, que o confirme, atrevemo-nos a enunciar que porventura estaremos perante a formação de uma nova identidade; a “identidade Luandense”, cujas características foram essencialmente marcadas por uma certa forma de estar e de se conceber, dos seus cidadãos, onde os direitos e os deveres se confundem, dando-se aos direitos um campo

ilimitado.

Apesar de actualmente ser de senso comum, a realidade de crise que consome o país, é “encarada como prática social normal”, (em que cada cidadão se acha com o direito) o empreender de mecanismos extra oficiais, muitas vezes ilegais, desde que para tal haja oportunidade.

Decretam-se normas e regras de contenção de despesas públicas e de acesso a divisas a preços oficiais, mas, facilitar-se-ão, paralelamente, outros mecanismos de contorno a estas regras para servir certos grupos ligados à “pólis”.

Sempre que for possível escolher um emprego ou aceitar uma nomeação, entre outras opções, um cidadão pré analisa até que ponto aquele novo emprego ou lugar, lhe facilitará alguma realização pessoal em receitas dissimuladas. Este cálculo é válido pela inversa. Aquele que nomeia faz os mesmos cálculos (se até que ponto este nomeado não comprometerá e servirá de facto os seus interesses dissimulados).

Infelizmente esta constituiu (e constitui ainda em certa medida) a tónica, a forma de estar de Luanda. Em que não se distingue nem se respeita o património do Estado, nem se pauta por uma atitude mais responsável e nacionalista.

O fraco poder aquisitivo dos salários, e a fraqueza dos orçamentos sectoriais dos serviços públicos faz com que, no dizer de Vicente, “alguém finge que paga enquanto um outro finge trabalhar”,. (porque) “o lucro é de facto a forma nacional de rendimento mais expressiva depois dos salários (e) a corrupção, que se traduz no quotidiano por pequenas “candongas”, actos de evasão fiscal, fraudes e golpes de esperteza de quem não quer ser atropelado pela evolução diária dos preços, (juntamente) com máfias familiares, desvios de verbas, roubalheira geral, peculato, tráfico de influências e, em especial, financiamento ilícito dos partidos políticos têm sido o pão nosso de cada dia. Na hora da verdade descobrem-se telhados de vidro, vêm à baila insuspeitadas redes de cumplicidades e a desconfiança toca a todos”⁽¹⁹⁶⁾.

É muito difícil fazer uma obra sobre qualquer plano social da realidade angolana sem entrar em considerações de juízo de valor. E, para o tema em questão, torna-se ainda mais difícil. Mas só assim se consegue descrever as características da verdadeira informalidade e subterraneidade (passe o termo, por analogia) luandenses.

Essa identidade social luandense que vínhamos falando, também encontra raízes, na inversão de valores que caracterizou Angola após Independência. Uma parte dos indivíduos pertencentes à classe média alta pré independência, e que não conseguiu ou não pretendeu estabelecer ligações com a nova classe dominante, emigrou ou viu o seu

nível de vida e o seu status em geral deteriorar-se gradualmente. Na esteira dessa inversão de valores, os padrões de consumo, visivelmente ostentoso, da nova classe, alta e média alta, constituem um outro marco de referência desta nova identidade, (avaliando-se as pessoas pela aparência exterior e pelos sinais de riqueza exibidos; carros de luxo, casas e quintas, viagens ao estrangeiro, realização de festas sumptuosas, vestuário de bom corte e boa marca e ultimamente enormes quantidades de ouro maciço em adornos corporais).

Pelas razões expostas, numa primeira aproximação parece-nos que só uma pequena faixa (em termos de níveis de receitas) do sector informal assume de facto as características enunciadas na teoria do desenvolvimento espontâneo.

Esta pequena e grande faixa (pequena à nível das receitas, mas grande em termos de volume e extensão) possivelmente absorverá toda a parte do sector informal (veja-se a classificação sectorial dada) até aquele ponto em que se estabelece a fronteira com o subterrâneo. Porque não se pode ignorar, quem e de como se alimenta este mesmo sector informal. O subterrâneo alimenta o informal.

Implicitamente estamos a assumir que perante um grau de subterraneidade mais reduzido, estar-se-á perante um grau de informalidade também em menor dimensão.

Se hipoteticamente se conseguisse um processo paulatino de redução e contenção das práticas subterrâneas, chegar-se-ia ao ponto de selecção natural da parte informal essencialmente de natureza espontânea;

- comércio de bens essencialmente perecíveis; agro-pecuários e da pesca, e produtos tradicionais alimentares e simbólico-religiosos,
- artesanato; cestaria, olaria, estatuetas de madeira ou bronze e outros.
- pesca artesanal e agricultura de subsistência.
- pequenas reparações e consertos.
- pequena produção doméstica de bens alimentares; confeitaria, padaria, guloseimas caseiras e refeições.
- trabalhos de metalomecânica, pintura, construção, carpintaria, serralharia, entre outros.

Não é essencial reportar aqui, fazendo futurologia, quais ramos informais subsistiriam a um corte brusco com a subterraneidade.

Contudo, acreditamos que perante um outro cenário económico e com um nível de emprego aceitável desapareceriam, provavelmente, a figura aberta e declarada de:

- do mercado paralelo de divisas, nomeadamente as “kinguilas” da rua.

- reduziria até ao nível do aceitável o mercado ambulante e provavelmente apenas subsistiriam; o ardina, o engraxador ou vendedor de gelados e guloseimas ou a mulher quitandeira vendedora de produtos perecíveis, quiçá o arrumador de carros (perante o crescimento do parque automóvel), enfim,
- reduziriam o garimpo por conta própria e todas as demais práticas e estratégias de usurpação do património público em proveito próprio a nível da administração e ordem públicas.

Nesta conformidade e observando o que se vem assistindo em Angola - Luanda conclui-se que é essencialmente a economia subterrânea que, a julgar pela rápida reconversão dos seus actores em classe empresarial, por um lado (possibilitada pelas oportunidades e acesso facilitado na obtenção de instalações fabris, divisas a preços oficiais, esquemas de importações, créditos, relacionamentos com o exterior; fornecedores, credores, financiadores, etc., de ex-governantes ou elementos ligados à classe política.) e por outro lado por auferir receitas muito mais avultadas, dizíamos que contém o gérmen do aparecimento da classe empresarial nacional, até àquele ponto de colisão com as fronteiras do sector informal, já menos capaz de empreender para esta evolução, a curto médio prazo.

Mas tratar-se-á contudo de um processo que custará ainda durante longo tempo, o sacrifício da maioria da população, até que esta mesma classe empresarial se assuma como tal e contribua de forma positiva na geração de empregos, no aumento do Produto Interno Bruto e eliminação das carências de oferta de produtos e serviços e até que contribua com receitas fiscais de vulto para o Orçamento Estatal.

Mas para tanto seria necessário, estar-se perante uma outra mentalidade, político fiscal e administrativa, no sentido de se materializarem as medidas de estabilização adequadas, para que não se prosseguisse no círculo vicioso; subterrâneo - receitas dissimuladas - Bancos estrangeiros - subterrâneo.

Num cenário político social e económico mais aliciante em que a paz joga um papel fundamental nas expectativas dos investidores e das pessoas em geral, esta tendência desejar-se-ia poder ser invertida para; subterrâneo - receitas dissimuladas - investimento interno - cada vez mais mecanismos oficiais de funcionamento produtivo - cada vez mais receitas oficiais - bancos nacionais - investimento interno.

A não ser assim, dar-se-á o paradoxo. Aquelas receitas dissimuladas não conseguirão fazer emergir essa classe empresarial nacional. Pois a persistência na subterraneidade constrói bloqueios à própria classe empresarial que pretende emergir. E a persistência de

colocação dos rendimentos dissimulados no exterior do país, não possibilita o investimento interno.

Provavelmente será esta a forma típica de acumulação do capital em África, face à necessidade da nova classe dominante de se auto reproduzir. Facto só possível através do poder político, já que não possui à partida bens de capital, perante a inexistência de uma classe empresarial nacional.

Leia-se Hugon citado no Ponto 1.5., que para compreender essa dinâmica na África negra, é necessário compreender os mecanismos de «concentração de poderes e riquezas a nível da tecno burocracia que controla o aparelho do Estado» (v.n.40).

Existirão certamente a nível de micro empresas do sector terciário, alguns casos cuja origem dos capitais tenha sido proveniente essencialmente de actividades do sector informal. As iniciativas das ONG's que operam em Angola na promoção do sector informal revelam a possibilidade de um quadro evolutivo deste tipo. Mas dado que a demarcação dos limites entre o informal e o subterrâneo, são somente possíveis no plano teórico, cairemos certamente dentro das fronteiras do sector subterrâneo.

O processo de segmentação social das realidades tipicamente africanas no período colonial fez surgir uma nova classe no seio dos núcleos coloniais que coincidentemente é a classe que assume os processos de libertação nacional para as independências, caracterizando-se como uma “pequena burguesia técnica” (os assimilados) face a uma maioria ainda fortemente enraizada às lógicas e estruturas tradicionais. É esta classe que toma o poder político no acto das independências nacionais e que hoje se assume como a classe dominante que detém o poder político e económico (denominada por certos teóricos como classe Estado).

O carácter espontâneo e transferido (v. Ponto 2.2.) de que se caracterizam as formas de produção dos países africanos, encontra as suas bases neste processo histórico de segregação colonial por um lado e resistência, por outro lado, das formas de produção que interagem neste processo.

Explicar a África numa visão sociológica e antropológica seria certamente matéria para outra obra, mas ajuda-nos a discernir.

O sector subterrâneo garantirá a médio e longo prazo o reacender das formas de expressão do desenvolvimento transferido, sob pena de um colapso cada vez maior da economia, perante a situação paradoxal de o sector subterrâneo em si mesmo bloquear iniciativas de investimento.

Ao sector puramente informal, restará durante ainda longo tempo, salvo excepções,

salvaguardar questões extremas de sobrevivência e de desafogo dos orçamentos familiares.

CONCLUSÕES

A discussão em torno das várias manifestações de iniciativas económicas não oficiais nos vários países do Mundo, constitui matéria recente e actual dos teóricos das ciências sociais, merecendo particular atenção a E.N.O. dos Países da África a Sul do Sahara.

Com efeito, ao conceito “formal” estará implícito um sistema que se erige com base em normas, leis e regras sociais pré-estabelecidas por estruturas e instituições funcionais oficiais cuja regulação e fiscalização caberá em última instância aos poderes públicos.

Ser ou estar formal, será então ser ou estar de acordo e conforme o proposto pela autoridade (o Estado) ou dela emanada.

Quer nos parecer que o conceito formal é parte integrante da mitologia que gira em torno do conceito desenvolvimento, no sentido eurocêntrico.

Analisar a dinâmica da E.N.O. nos Países da ASS, nos quais o não formal sobressai, em relação a um formal em estado de colapso total, significa analisar o alcance do conceito eurocêntrico de desenvolvimento a estes países, passando pela reflexão dos caminhos percorridos por esta não formalidade e assim tentar entender-se que processo histórico será esse que atravessa esses países e quais serão as tendências evolutivas desse processo.

Existiu um contexto histórico-económico, nacional e internacional que influenciou o posicionamento da África no Sistema Mundo. Com efeito, a colonização, os processos de descolonização, a conjuntura económica internacional que imperou imediatamente após os primeiros processos de descolonização, constituíram o móbil para a adopção de certas estratégias e opções evolutivas por parte dos novos governos africanos, cujos efeitos (retroactivos) são o seu cada vez maior atraso tecnológico, um posicionamento marginal na Divisão Internacional de Trabalho e um estado de crise económica, política e social grave.

As actividades não formais são uma consequência da crise. São uma resposta; inábil por vezes, aos problemas, carências e necessidades básicas e inadequada, outras vezes, para atender às aspirações e ambições mais profundas do ser humano, estando assim de facto o fenómeno a contribuir para o adiamento de um colapso socioeconómico total nestes países, por funcionar por um lado como atenuador das tensões sociais existentes e por outro lado como veículo de frustrações e insatisfações de quem não consegue

embarcar neste estado de norma.

Este processo histórico, que Angola e outros países da A.S.S. estão a passar, é um marco de Mudança Social, assente de facto num caos profundo, mas cujo ciclo desencadeará o salto para outra forma evolutiva, outro estádio.

A ambiguidade do conceito desenvolvimento, fez surgir no cômputo das ciências sociais outras formas de encarar o desenvolvimento.

Ao ler-se Penouil, compreende-se, que «o desenvolvimento não é uma sucessão de eventos sempre favoráveis para todos. O desenvolvimento não é “bom” ou “mau” em si. Ele transporta consigo múltiplos desequilíbrios, modificações do sistema de valores, mudanças culturais, redistribuição de poder que não acontece “sem crises psicológicas, morais ou sociais”» (v. n. 103).

Hugon também nos chama a atenção para a compreensão dos mecanismos que explicam a circulação monetária, a constituição dos mercados urbanos, as transferências dos excedentes e sobretudo de como é feita a acumulação de riqueza nos países africanos (v. Cap. I).

Hugon refere que o estudo das pequenas actividades urbanas requer a análise tanto do seu processo evolutivo como involutivo ou regressivo, ou seja a análise das relações sociais que explicam esta dinâmica na África negra adiantando que para entender essa dinâmica é necessário compreender os mecanismos de «concentração de poderes e riquezas a nível da tecno burocracia que controla o aparelho do Estado» (v. n. 40).

Este processo histórico que Angola está a viver, assente num grau de não formalidade elevada a dois níveis; informal e subterrâneo, que desencadeia um processo de diferenciações e desigualdades sociais chocante pode ser explicado como uma etapa de mudança social, na qual de facto se estão a registar “múltiplos desequilíbrios”, “modificações no sistema de valores”, “mudanças culturais”, e “redistribuição de poderes” que por sua vez tem gerado “crises psicológicas, morais e sociais” profundas.

Será esta a base de formação do elemento mais dinâmico da economia aberta; o empresário. Será esta a forma de arranque para o desenvolvimento, que Penouil denomina por Desenvolvimento Transferido.

Serão certamente as receitas dissimuladas ganhas pelo sector subterrâneo que garantirão a médio prazo o emergir de uma classe empresarial nacional, desde que invertidas as tendências de aplicações dos capitais; de subterrâneo – receitas dissimuladas bancos estrangeiros para subterrâneo – receitas dissimuladas -investimento interno.

As iniciativas meramente informais tenderão algumas delas, a muito longo prazo, para

a formalidade, para a lógica empresarial, mas reservam-se e esta é a causa da sua proliferação, à satisfação de necessidades básicas e imediatas, como complemento dos rendimentos dos agregados familiares.

Perante um grau de subterraneidade menos elevado, e criadas condições de melhoramento e aumento da oferta de trabalho, por todas as forças que interagem neste processo de mudança social; sector público, privado e instituições de carácter não-governamental, diminuirá certamente a procura de certas iniciativas de emprego informal mal remunerado.

Actualmente Luanda apresenta vários sinais que demonstram estas tendências de mudança social. Verifica-se uma corrida não antes vista por certas faixas sociais (ex. Funcionários de colarinho branco), para o empreendimento oficial por conta própria, não obstante ainda a grande tendência de investimentos no sector do comércio e serviços.

Mas ainda assim, e quem conhece Luanda à noite, ficará certamente deslumbrado com a capacidade e vontade criativa desta nova classe empresarial, que conhecedora das tendências de consumo dos Luandenses, investe já com alguma qualidade no turismo e hotelaria, criando locais de diversão e lazer que contrastam com a apresentação da cidade à luz do dia, além de outras veias do sector terciário; importação e venda de artigos diversos; automóveis, mobiliário, modas e confecções; serviços de consultadoria jurídica e económica, serviços de atendimento de saúde (clínicas), serviços particulares de educação (colégios particulares), casas de câmbio, etc..

Uma paz política duradoura, pesará positivamente neste processo de desenvolvimento em conflito, cujas premissas criaram um ambiente, hoje ainda inadequado.

Uma animação mais notável no sector industrial não petrolífero, passará pelos resultados do processo de privatização e pela estabilização económica; mais concretamente da reavaliação da moeda local, estancamento da taxa de inflação e mecanismos tendentes a uma maior credibilidade nos serviços da banca nacional e também pela reposição do fluxo normal de pessoas e bens dentro do espaço territorial.

As novas tendências governativas (e referimo-nos a um período muito curto e recente, desde Junho/Julho de 1996) têm se pautado por um esforço sério e conducente à eliminação do diferencial entre as taxas de câmbio oficial e paralela e à criação de mecanismos de credibilidade no sistema financeiro do país.

Estas e outras medidas, fazem parte de um Programa vulgarmente denominado de “Nova Vida” que entrou em vigor naquela data, tendo-se conseguido como primeiro alcance a eliminação da taxa de câmbio fixada administrativamente, agora regida pelos

preços de mercado e assim a eliminação do diferencial existente entre esta e a taxa do mercado paralelo de divisas. Uma conquista que perdura até à data (ano de 2006). Mas tal medida e como já era de prever acarreta custos sociais elevados, fazendo disparar muito mais o custo de vida e com ele todas as tentativas extra oficiais de sobrevivência e manutenção de certos padrões de consumo à custa de mecanismos não oficiais, para contrabalançar o nível dos salários (principalmente os da função pública).

Nesta busca de complementos dos rendimentos começa a proliferar em Luanda outro ramo do sector subterrâneo, até então não tão proeminente; as avenças. Tornou-se comum, trabalhadores e quadros técnicos, principalmente os últimos, acumularem vários empregos além de um empregador principal, nos quais auferem receitas de longe superiores às remuneradas pelo empregador principal.

Este tipo de situação de “avençado” tem sido bem tolerada pelos poderes públicos e provavelmente o maior prejuízo trazido à economia (se existe algum), seja o roubo das horas de trabalho adstritas ao empregador principal (normalmente o Estado).

Alguns dos que se denominam por avençados integram-se-ão à mais das vezes nas características da economia oculta tal como o trabalho independente não declarado, acumulação de empregos assalariados, trabalho assalariado não declarado, emprego de pessoas interditas, etc. para os quais não se firma um vínculo laboral assente em normas contratuais.

Concluimos portanto que a economia não oficial urbana em Luanda, constitui uma resposta dada pela sociedade à satisfação de necessidades básicas e a aspirações de realização pessoal dos seus membros, durante longo tempo não possibilitadas pelas instituições e mecanismos oficiais, cujas proporções retratam uma viragem social, tendente a outro estágio sócio-económico-evolutivo.